

UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Mardochee Ogécime*
Isa Maria Freire**

RESUMO

Apresenta a abordagem teórico-metodológica de pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, que analisa dimensões das políticas de informação na sociedade contemporânea. Descreve as políticas de informação existentes tanto em nível global quanto em nível regional, a partir de diversas variáveis: programas, resoluções, projetos do setor informacional, políticas de informação científica e técnica, ações de infraestrutura e acesso às tecnologias da informação e comunicação e ações a favor da política cultural, com atenção à promoção e estímulo ao domínio eficiente das Tecnologias de Informação e Comunicação. Mediante análise documental da literatura internacional e regional relacionada com o tema a pesquisa se fundamenta numa revisão de literatura, identifica políticas internacionais, regionais existentes, suas procedências, especialmente, as suas aplicações, de modo a conhecer seus impactos sobre a sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Políticas de informação – Análise. Tecnologias da informação e comunicação – Impacto social. Sociedade contemporânea. Ciência da informação.

A LOOK AT POLICY INFORMATION IN CONTEMPORARY SOCIETY

ABSTRACT

It presents the theoretical and methodological approach to master's research in progress at the Graduate Program in Information Science from the Federal University of Bahia, which analyzes dimensions of information policies in contemporary society. Describes the existing information policies both globally and regionally, from several variables: programs, resolutions of the informational sector projects, scientific and technical information policies, infrastructure stocks and access to information technology and communication actions for cultural policy, with attention to promoting and encouraging the efficient field of Information and Communication Technologies. By documentary analysis of the international and regional literature related to the topic research is based on a literature review, identifies international policy, existing regional, their origins, especially their applications in order to meet their impact on contemporary society.

Keywords: Information policy - Analysis. Information and communication technologies - social impact. Contemporary society. Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasce da premissa de que para alcançar o desenvolvimento integral dos povos, a informação continua sendo um recurso indispensável e necessário. Além disso, no entendimento de que para fazer mais democrático o seu uso e o seu acesso, não precisa apenas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), mas, também de um marco regulamentar moderno e eficaz, dos atores e usuários à disposição do público e dispostos à

* Engenheiro informático pela Universidad Tecnológica de Santiago, República Dominicana. Mestrando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, Brasil. E-mail: dany mike123@yahoo.fr

** Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Docente colaboradora no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, Brasil. E-mail: isafreire@globo.com

mudança com o uso de novas tecnologias, a possibilidade de recursos e sistemas de informação eficientes, mas acima de tudo um grande esforço para fornecer competências em informação aos indivíduos e, assim, garantir a inclusão à economia informacional que estamos vivenciando (MERCEDES, 2000).

Assim, a informação rever-se como a principal fonte de crescimento econômico. As Tecnologias de Informação e Comunicação são, como tal, a fonte deste novo tipo de economia, chamado por Castells (2004) de “Economia Informacional”. O ritmo da difusão da Internet a nível global é, com respeito, revelador de alterações importantes nas relações econômicas e sociais no âmbito da nova sociedade digital.

Enquanto essa revolução tecnológica recua as fronteiras da aldeia global, a maioria dos habitantes do mundo permanece à margem desses progressos. A brecha entre o conhecimento e a ignorância continua ampliando-se e o fosso de desenvolvimento entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, aumenta cada vez mais. Nesse contexto, desigualdades em conhecimento entre os ricos e pobres em informação representam uma nova forma de exclusão. A existência de uma brecha digital hipoteca as possibilidades de crescimento econômico e distribuição equitativa da riqueza no mundo. De fato, os séculos XIX e XX foram os da revolução industrial, o século XXI é o da revolução digital. O crescimento econômico global, a criação de emprego e inovação tecnológica dependem dessa revolução.

Diante desses desafios e desse fenômeno chamado “globalização”, pode-se perguntar: Em qual parte da sociedade da informação vivem os países desenvolvidos? E os países da América Latina e do Caribe? Neste sentido, o mais importante é também saber: O que se têm feito, e o que se está fazendo, na América Latina e no Caribe, para tirar o maior proveito desta Era da Informação?

Para isso, é necessário saber as iniciativas tomadas pelos governos, instituições para promover, por um lado, o uso eficaz das Tecnologias da Informação e Comunicação e, por outro lado, a utilização eficiente dos recursos informativos para a produção de conhecimento, incentivo da inovação e a criação da inteligência social para enfrentar essa Sociedade da Informação.

Nesse sentido, nossa pesquisa se propõe a descrição e análise das políticas de informação existentes tanto em nível global como regional, em diversas direções: programas, resoluções, projetos do setor informacional, políticas de informação em ciência e tecnologia, ações de infraestrutura e acesso às TIC e ações a favor da política cultural, com atenção à

promoção e estímulo ao domínio eficiente das TIC.

A metodologia em aplicação nesta pesquisa, refere-se à uma análise documental da literatura relacionada com o tema tanto à escala mundial como regional para, assim, dotar-se de uma perspectiva mais ampla, de modo a entender o âmbito das políticas de informação.

2 DA ERA INDUSTRIAL À ERA DA INFORMAÇÃO.

Essa “Era da Informação”, como denomina Castells (2004), é caracterizada por um modo de ser comunicacional que atravessa todas as atividades (indústria, entretenimento, educação, organização, serviços, comércio, etc.). Observa-se que, neste tipo de organização social, a informação ocupa um lugar substantivo e se torna uma fonte de riqueza, pelo qual se produz um crescimento rápido das tecnologias de informação e comunicação que afeta todos os setores da sociedade.

A configuração desta Era é possível graças ao desenvolvimento convergente da informática, microeletrônica, optoeletrônica e telecomunicações, o que possibilitou o surgimento de novas tecnologias da informação e comunicação. Contudo, ademais de suas potencialidades, essas tecnologias têm criado, a sua vez, novas formas de exclusões. Por isso, fazem-se objeto de reflexão, a dimensão de poder que envolve o seu uso, e, também, os desafios da sua introdução no âmbito acional da nossa sociedade. Percebe-se também, nas observações de Castells (2001) sobre a “Era da Informação”, que a revolução da tecnologia da informação desempenha um papel importante na implementação desde 1980, do processo fundamental de reestruturação do sistema capitalista, que a sua vez constitui o motor sobre qual opera nossa sociedade. De fato, Castells (2001, p.36) ressalta que:

Esta revolução tecnológica está ela mesma modelada, no seu desenvolvimento e suas manifestações, pela lógica e os interesses do capitalismo avançado, sem reduzir a expressão destes interesses.

Por sua vez, Shiller (2009^a, p.11) ressalta que as tecnologias da informação e comunicação são o "polo de crescimento em que conta o capitalismo para renovar-se". Ele acrescenta que, agora, "é sob a égide do capital, e só a ele, que as práticas culturais são definidas em uma escala global" (SCHILLER, 2009, p.11).

Sob essas considerações, pode-se dizer que a transição da sociedade industrial para a sociedade da informação não só altera as condições tecnológicas, mas todos os aspectos da atividade social do homem, incluindo os valores sociais, culturais, entre outros. É sobre esses relacionamentos que se deve colocar maior ênfase para alcançar o desenvolvimento dos povos

em harmonia, e ainda mais quando se deve aspirar a alcançar a Sociedade da Informação. A Internet e outras ferramentas tecnológicas desempenham um papel importante nesta transição, uma vez que penetraram todos os níveis científico-tecnológicos, sociais e políticos. Por tanto, deve-se tomar em conta as suas vantagens, mas também o seu poder de isolamento.

Desta forma, pode-se afirmar que essa “Era da informação” traz consigo inúmeras oportunidades para as nações, instituições, entre outros, bem como desafios a serem superados pelas ações bem planejadas. Nesse contexto, a complexidade, a evolução, o atual paradigma e a natureza transversal que caracteriza o conceito da “informação”, reveem-se numa cuidadosa inteligência, na hora de pensar a sua gestão, controle e seu planejamento. De um lado, requer uma cooperação constante entre as partes interessadas, as nações, etc., para promover a transferência, socialização, compartilhamento da informação propriamente dita. E, por outro lado, amoldada pelo capitalismo e vista como dado, inteligência e informação com valor ascendente e veiculada por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação, requer um planejamento (focado no Estado-Nação) para colocar-se à frente desse mundo globalmente competitivo.

3 DAS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO FRENTE À GLOBALIZAÇÃO

Na perspectiva de enfrentar o formidável desafio de adaptar as estratégias nacionais de desenvolvimento, os novos métodos de produção e uso de recursos informacionais, os formuladores das políticas governamentais reconhecem cada vez mais que, se desejam que os recursos e serviços de informação sejam mais idôneos para as necessidades econômicas, sociais e políticas, devem ser planejados e geridos eficientemente. Desta premissa nasce um crescente interesse pela formulação de políticas de informação orientadas ao desenvolvimento das atividades de informação em diversos países.

Basicamente, o conceito “política” adquire diferentes significados, pode ser o estado de intenção do Estado propriamente dito, ou pode ser “uma serie de princípios e estratégias que orientam um curso de ação para alcançar um objetivo” (MONTVILOFF, 1990, p. 11). Também pode ser considerado como um marco orientador para a ação de um programa, plano ou atividade. Note-se que a política, como decisão do governo, pode ser legislável ou não.

De fato, o chamado "políticas de informação" pode-se considerar, então, como uma série de políticas deste tipo (parte do tipo de políticas anteriormente mencionadas). Também, uma política de informação pode ser formulada a nível institucional, nacional, regional ou internacional. Assim, elas representam um conjunto de orientações e diretrizes que orientam o

desenvolvimento das ações planejadas que visam garantir o acesso universal à informação e constituem, por tanto, uma fonte de poder para diversos atores.

Assim, no fim do século XX, o conceito de política de Informação passou ser, desde então, um conceito renovado pela tecnologia, que abarca, segundo Mercedes (2000, p. 23), fatores como:

- a) A convergência de mídias, tecnologias e serviços, cada vez mais, exige o estabelecimento de uma ordem política que serve para regular dita convergência.
- b) O “conceito de fê” amplamente aceitado que sugere uma política de informação e possui o potencial de contribuir positivamente para o bem-estar econômico e social.

De fato, esse papel que desempenha a informação, conhecimento e a utilização das TIC para uma melhor distribuição e armazenamento necessárias para o desenvolvimento dos povos, tem sido entendida a partir dos níveis mais elevados das instituições. Tal tem sido o seu impacto ao nível internacional que os organismos que anteriormente só tinham preocupado pela sua informação, hoje inspiram para que todos e cada um dos habitantes deste planeta usam as tecnologias que lhe permitam participar na nova economia e desenvolver plenamente as suas capacidades. As organizações internacionais, como as Organizações das Nações Unidas (ONU), União Europeia (EU) e suas diversas agências, planejam iniciativas para atingir este macro-objetivo. Por tanto, o relatório da UNESCO, no início do século XXI, contempla e reflete a necessidade dos países em desenvolvimento no atingimento destas políticas. Assim, foi declarado que:

A crescente convergência das tecnologias da informação e da informática não conduz necessariamente à adoção de valores éticos, culturais e sociedades comuns a todo mundo, nem ao desenvolvimento de um acesso equitativo à informação para todos. Em particular, deve dar-se à população dos países em desenvolvimento, seja qual for o custo, a oportunidade de participar plenamente na sociedade global e obter o máximo benefício do acesso efetivo e eficiente à informação (UNESCO, 2000, p. 5).

Embora, na cena internacional, estejam pondo em marcha iniciativas para equilibrar o domínio das Tecnologias da Informação e Comunicação, os Estados Unidos da América, pioneiro da Implementação das Infovias de Telecomunicação, desenvolveram uma Política Nacional com fim de fortalecer a competência e o domínio das novas tecnologias, proporcionando um ambiente regulamentar em que o setor privado se sentisse seguro para realizar os investimentos necessários para a construção da rede nacional de informação que esse país precisava para competir com sucesso no próximo século (PRESIDENT WILLIAM, 1993, p. 10).

Da mesma maneira, a União Europeia propôs os meios que permitam enfrentar um conjunto de desafios que obrigam procurar um novo modelo de desenvolvimento a través do livro branco de Jaques Delors e o relatório de Bangemann (Mercedes, 2004). Assim, sugeriu uma série de estratégias cujo objetivo foi alcançar uma economia sana, aberta, solidária, descentralizada e competitiva, e sobre tudo, enfatizar que o sucesso dos esforços e das políticas depende de que se mude profundamente a Política de emprego, que se deva priorizar o **plano estratégico global**. Por sua parte, Collada (1995, p.27) afirmou que essas iniciativas explicam:

A possibilidade que oferece a sociedade da Informação para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos Europeus e eficiência da sua organização econômico-social, permitindo assim reforçar a coesão. Elas contêm recomendações específicas e propõem um plano de ações concretas, baseadas na parceria entre os setores públicos e privados, a fim de trazer Europa para a Sociedade da Informação.

Mas, partindo de sentido de pertença nacional, pode-se preconizar que a sociedade global se acompanha de uma competência global entre os chamados “Estado-Nação”. Os diversos programas, políticas, projetos, ações, etc. concebidos internacionalmente, só levam uma possibilidade de nivelamento e penetração na Sociedade da Informação. O que cria um dilema entre o “vencer um combate de inclusão de todas as nações” e o “competir globalmente” (BRESSER-PEREIRA, 2007). Visto assim, enfrentar os desafios integrais da Sociedade da Informação leva a uma miríade de ações a serem logradas em uma determinada política nacional ou regional de Informação, incluso certo grau de dependência econômica, educativa e cultural. Tudo isso incentiva panoramizar brevemente a Sociedade da Informação na nossa região Latino-americana e o Caribe.

De fato, um estudo realizado pelos autores Mastrini e Becerra (2005), onde analisam a situação do mercado das indústrias infocomunicacionais nos países sul-americanos, foi declarado que, na última década, as políticas vigentes foram ligadas com o neoliberalismo e o chamado Consenso Washington, que promoveu a abertura do mercado, a liberalização dos fluxos financeiros e a privatização de importantes ativos do Estado, etc. Prova disso foi que, durante a década de 90, grandes empresas de mídia e telecomunicações foram privatizadas e expandiu-se a iniciativa privada em todas as indústrias culturais. Um dos obstáculos encontrados foi inicialmente o fato de que há uma grande dificuldade em obter dados precisos sobre as indústrias que compõem este setor na América Latina.

Até agora, a situação da América Latina e do Caribe na sociedade da informação se

descreve com uma desigualdade social, sobdesenvolvimento do setor econômico, um grande carreira educacional a ser corrida, uma dependência dos Estados Unidos da América no setor das TIC, atraso no setor de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e, desde início, entramos na Sociedade da Informação com uma falta de consciência sobre o valor da informação para a criação de uma cultura da informação na região (URDANETA, 1977).

Portanto, neste cenário é oportuno buscar respostas e insistir na necessidade de conceber e implementar políticas de informação que permitam aos cidadãos da região decidir e operar sobre a informação para o desenvolvimento, que lhes empoderem para tirar proveito da sua diversidade cultural e, assim, enriquecer suas identidades e as de outros continentes, porque a globalização nós permite conhecermos, competir e também entender outros povos.

4 REFLEXÕES PRELIMINARES

Estes estudos nós conduzem a considerar que essa Era da Informação não é apenas uma mudança e/ou turbulência econômica e social; é também o lugar essencial de luta política e ideológica. Certas hegemonias de mídia que produzem opinião, de controle da Educação para formar as mentes, de apropriação das infraestruturas de comunicação, de controle social generalizada pelas tecnologias, da expansão da esfera privada ao detrimento dos bens comuns intangíveis, etc. sinais, a linguagem, as imagens, meios de comunicação, artes, educação, Tecnologias de Informação e comunicação e cultura; todos juntos para constituir a substância e o campo contemporâneos de luta política e ideológica.

O regime informacional das nossas sociedades contemporâneas se traduz pela uma estruturação política em diversas dimensões. Por isso, regular o setor da informação requer certa interdisciplinaridade e transversalidade dos aspectos a serem em conta, onde o conceito da “Informação” é, muitas vezes, conceituado e tratado de forma diferente para um único motivo, a “busca do bem comum social”. Devido à abrangência das Tecnologias da Informação e Comunicação e o dinamismo do setor informacional, precisa-se de políticas de informação que sejam compreensivas com as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação e suscetíveis às implicações da Era da Informação.

Assim, a representação discursiva da "Sociedade da Informação", em que estamos imensos, engloba tanto uma evidência cognitiva, econômica, técnica, de um conjunto de representações ou figuras associadas, como uma constante mudança social simbólica à medida da evolução de seus componentes infoestruturais. De fato, a Sociedade da Informação combina em um único dispositivo hegemônico os aspectos políticos, culturais,

econômico-sociais, técnicos e científicos portados pela informação como ativo de desenvolvimento.

Os países que possuem e dominam as tecnologias avançadas de comunicação são em sua maioria países do hemisfério Norte, enquanto, muitos países do Sul, tinham justamente acabado de conquistar a suas independências. No mesmo período que seu povo pensou que foram definitivamente liberados das antigas potências coloniais, seus governos têm protestado contra uma nova forma de hegemonia, aquela que ninguém esperava. Uma dominação moderna, ativada à distancia através de certos canais de comunicação e, que fluxiona, até agora, com pouca resistência real. Certamente não se trata de uma nova dominação física, mas de certa alienação. A intrusão é denunciada como um fenômeno anestésico, fascinante e inquietante. Agora, o colonialismo territorial deu lugar a um colonialismo eletrônico, o dá necessidade para Políticas Nacionais de Informação eficazes.

Por isso, esses países já países frágeis economicamente ou politicamente, reclamam constantemente que seja instaurado urgentemente serias discussões sobre esta questão. A maioria destas discussões dedica-se a esse desequilíbrio flagrante entre os inforicos e infopobres, entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento nos domínios econômico e informacional tanto ao nível nacional como internacional.

Também, as desigualdades internas no acesso às TIC são observáveis no seio dos próprios países que intencionam encarar a brecha internacional. As populações rurais, povos indígenas e desfavorecidos e menos escolarizados não têm acesso fácil a recursos tecnológicos que os cercam, ainda, a esta Era. Neste contexto e no âmbito da pesquisa realizada, deduz-se que:

- a) À diferença dos países desenvolvidos, os países pobres, infopobres, e/ou os países em desenvolvimento, não se conscientizam, plenamente, acerca do valor da Informação no processo de desenvolvimento.
- b) Na América Latina e no Caribe existe pouca informação sobre as Políticas de Informação, menos, ainda, que incluam claramente as dimensões destas últimas como um marco regulamentar único.
- c) Note-se que os Estados contemplam o uso das tecnologias de informação e comunicação como elementos indispensáveis para a inclusão na Sociedade da Informação, com a ideia de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, democratizar o acesso à informação e conhecimento. Mas, por entanto, as sociedades latino-americanas e caribenhas estão bem longe da Sociedade da Informação.

- d) No entanto, de acordo com a literatura e os documentos em análise, no âmbito regional, há uma grande produção de Políticas de Informação que foram planejadas ao nível internacional e são exemplos de ações em favor do direito à informação. Com respeito a isso, conclui-se que há muitos obstáculos para estabelecer um quadro nacional eficiente, se realmente as políticas, programas, projetos, etc. devem refletir e levar em conta os aspectos culturais de cada povo.
- e) A realidade vivida quanto ao acesso e uso da informação disponível na América Latina e Caribe mostram a necessidade urgente de se criar um marco legal apropriado e unificado para a Sociedade da Informação e, assim, proporcionar segurança e estabilidade tanto ao setor empresarial e acadêmico quanto ao público em geral, a fim de promover a competitividade, o emprego e proporcionar qualidade de vida para a população.
- f) A dependência da nossa região dos países tecnologicamente desenvolvidos, do capital privado externo, a falta de consciência sobre o valor da informação, de capital humano, de investimento, são fatores que criam barreiras à segurança da América Latina e Caribe, no contexto da Sociedade da Informação.

Tudo isso explica a urgente necessidade de fazer convergir esforços para formular e criar políticas de informação que sejam entendidas pelos diversos aspectos que constituem a “Sociedade da Informação”, no seu contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Globalização e Estado-Nação**. Textos para Discussão. Escola de Economia de São Paulo, Abril de 2007.

CASTELLS, Manuel. **La Era de la Información: Economía, sociedad y cultura**. Vol. 1. La sociedad Red. Madrid: Alianza, 2004.

_____. **La société en réseaux, l'ère de l'information**, Fayard, Paris, 2001.

COLLADA, Vicente Parajon. **La sociedad global de la Información en la Unión Europea**. Economía Industrial, v.3, n. 303, 1995.

MASTRINI, Guillermo; BECERRA, Martín. Estructura infocomunicacional en América latina. **Ecos de la comunicación**. Buenos Aires, 2005.

MERCEDES, Caridad. La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada. El caso español. **Ciência da Informação**, v 29, n.2, p.22-36, maio/ago. 2000.

MONTVILOFF, Victor. Políticas Nacionales de Información - Manual sobre la formulación, aprobación, aplicación y funcionamiento de una política nacional sobre la información. In: **Programa General de Información y UNESCO**. París: Unesco, 1990.

OCDE. **Perspectives des technologies de l'information de l'OCDE: Les TIC et l'Économie de l'Information**. Principales conclusions. Paris, 2002.

OEA. Conférence spéciale sur la sécurité. **Déclaration sur la sécurité dans les Amériques**. Organisation des États Américains. Mexique. Octobre 2003.

PRESIDENT WILLIAM, Jefferson Clinton. Technology for America's Economic Growth: A new direction to build economic strength. **The Bottom Line**, v.6 n.3/4 p.4–17, 1993.

SCHILLER, Dan. Recomposição mundial da economia e do saber. **Le Monde Diplomatique**, no. 669. Dezembro 2009.

UNESCO. Sustitución Del Programa General De Información (PGI) Y Del Programa Intergubernamental De Informática (PII) Por Un Nuevo Programa Intergubernamental. **Consejo Ejecutivo Ex160ª Reunión**, 160 EX/17 Rev. PARÍS, 2 De Octubre De 2000 Punto 3.6.1. Madrid, 2000.

URDANETA, Páez Iraset. **Gestión de la inteligencia, aprendizaje tecnológico y modernización del trabajo informacional**: Retos y oportunidades. Instituto de estudios del conocimiento de la Universidad Simón Bolívar CONAICT. Caracas, Venezuela 2009.